



Resistência ao discurso político e midiático hegemônico: "Casa do Povo", "iSi, Yo puedo!" e "Ponte Jornalismo"

Resistance to hegemonic political and media discourse: "Casa do Povo", "iSi, Yo Puedo!" and "Ponte Jornalismo"

Resistencia al discurso político y mediático hegemónico: "Casa do Povo", "iSi, Yo puedo!" y "Ponte Jornalismo"

Nivaldo Ferraz - Universidade de São Paulo | Universidade Cruzeiro do Sul | São Paulo | São Paulo | ferraznivaldo@gmail.com |  <https://orcid.org/0000-0003-0100-441X>.

Resumo: O artigo demonstra a necessidade de luta por parte de coletivos para ajudar a estabelecer cidadania para membros de populações vulneráveis em territórios sem apoio social do Estado. A busca por cidadania dessa população passa pela posse do território, que se dá pela narrativa de sua condição e seus acontecimentos. Assim, com apoio de agentes da informação, constrói-se o discurso de uma mídia "contra-hegemônica" para combater o discurso oficial da mídia hegemônica, principalmente quando ela prioriza versões oficiais e não ouve as vítimas de abusos de autoridades contra pobres, pretos, párias sociais que vivem em locais de vulnerabilidade e com acesso precário a serviços sociais. O artigo demonstra os trabalhos de inclusão pela "Casa do Povo", pelo coletivo "iSi, Yo Puedo!" e pelo portal de reportagens em defesa dos direitos humanos "Ponte Jornalismo".

Palavras-chave: Cidadania. Mídia. Diáspora.

Abstract: The article demonstrates the need to fight for collectives to make citizens members of vulnerable populations in territories without social support from State. This search for citizenship goes to the possession of territory through the narrative of its condition and its events. In this way, it shows the constitution of a "against-hegemonic" media to fight the official discourse of hegemonic media, when it prioritizes official versions and does not listen to the victims authorities abuses against poor, blacks, social outcasts that live in places of vulnerability and with precarious access to social services. The article demonstrates the inclusion work in "Casa do Povo", "iSi, Yo Puedo!" collective and the portal of human rights reporting "Ponte Jornalismo".

Keywords: Citizenship. Media. Diaspora.

Resumen: El artículo enseña la necesidad de una lucha colectiva para ayudar a establecer la ciudadanía a los miembros de poblaciones vulnerables en territorios sin el apoyo social del Estado. La búsqueda de la ciudadanía de esta población implica la posesión del territorio, lo que ocurre a través de la narrativa de su condición y sus eventos. Por lo tanto, con el apoyo de los agentes de información, el discurso de un medio "contrahegemónico" se construye para combatir el discurso



oficial de los medios hegemónicos, especialmente cuando prioriza las versiones oficiales y no escucha a las víctimas de abuso por parte de las autoridades contra personas pobres y negras, marginados sociales que viven en lugares vulnerables y con acceso precario a los servicios sociales. El artículo demuestra el trabajo de inclusión de "Casa do Povo", del colectivo "iSi, Yo Puedo!" y el portal de informes en defensa de los derechos humanos "Ponte Jornalismo".

Palabras clave: Cidadania. Medios de comunicación. Diáspora.



1 Introdução

Tentarei com este artigo expor uma evidência – observando a força voluntária, de natureza filantrópica e/ou solidária – a contrapor-se à (ausência de) força de políticas sociais públicas em áreas de vulnerabilidade humana nas regiões metropolitanas pobres de São Paulo – de modo a comprovar a necessária resposta de ações com posicionamentos políticos contra-hegemônicos.

Na exposição, se evidenciará o objetivo principal do artigo, que é demonstrar a necessária constituição de um discurso midiático contra hegemônico, com o exemplo da “Ponte Jornalismo”, a contrapor-se necessariamente a um discurso midiático apoiado no interesse comercial imbricado no capitalismo emergente. Para tanto, necessitamos buscar uma definição, ainda que sintética, do conceito de hegemonia de Gramsci:

[...] o que o Gramsci diz é, a hegemonia não é uma ação partidária. A hegemonia é uma ação de classe. Ele fala na hegemonia burguesa na Itália, e na necessidade de construir uma contra-hegemonia. Ele não propôs nunca uma hegemonia da esquerda, nem uma hegemonia dos trabalhadores. Ele propôs a contra-hegemonia, e tem motivo para isso. O motivo é que Gramsci, não sendo um totalitário, não sendo um desvalido da esquerda, Gramsci sabia que hegemonia significa o exercício do poder por um conjunto de indivíduos, de uma classe determinada. Ele jamais propôs isso, como revolução socialista e comunista – que os trabalhadores ocupassem o lugar da burguesia e obtivessem a hegemonia [...] A noção de hegemonia para o Gramsci é a maneira como o poder é exercido, não através do conjunto das instituições políticas, mas através da cultura. E quando ele propõe a contra-hegemonia, o que ele propõe é a contracultura. É desmontar o intelectual orgânico da classe dominante e criar o intelectual orgânico da classe trabalhadora, que é o próprio trabalhador [...] o intelectual não vem de fora da classe, é ele pensando. [...] Não dá para imaginar que hoje tem a hegemonia dos banqueiros. Amanhã tem a hegemonia das empreiteiras, depois de amanhã tem a hegemonia...do MST. Não é isso hegemonia. Hegemonia é um longo, complicadíssimo processo histórico no campo do exercício do poder através da cultura. Então, não foi por acaso



que o Gramsci apostou na construção da cultura popular. Ele propôs o nacional popular, como a maneira dos trabalhadores construir a contra-hegemonia [...] (CHAUÍ, 2014).

Portanto, para quem acompanha a teorização de hegemonia feita por Gramsci, a existência do discurso midiático hegemônico vai instituir a necessidade cultural de um discurso em contrário, composto por forças contra-hegemônicas, em relação de contrapeso com o discurso hegemônico. O artigo busca observar uma, entre muitas constituições de contrapesos, a caracterizar forças contra-hegemônicas, em partidária defesa dos que estão nas franjas da sociedade, habitando em geral as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros.

Ao artigo aplicou-se a entrevista aberta, feita com a editora da "Ponte Jornalismo", Maria Tereza Cruz, como parte da metodologia, além de observação social. Foram utilizadas também técnicas de seleção e coleta segundo um olhar que buscou unir exemplos de políticas afirmativas e identitárias. É o caso da "Casa do Povo" e do coletivo "¡Sí, Yo Puedo!" – identificados pelo elo do chamado progressismo de um lado, de outro pela ajuda ou filantrópica ou solidária, (NOGUEIRA, 2004), e também pela convergência de quem reconhece o direito de ocupar território a quem migra em diáspora (HALL, 2013) na região metropolitana de São Paulo.

Na discussão teórica do artigo, pretendo ainda trazer visões fundadas na geografia humana de Milton Santos (2014) sobre a ocupação territorial das franjas das metrópoles brasileiras, representadas aqui, sobretudo, por São Paulo; e ainda a compor a visão da mídia hegemônica, contra a qual "Ponte Jornalismo" digladiava, representada pela Sociedade do espetáculo, de Guy Debord (2016).

Constitui o que pretendo desenvolver como objetivo principal do artigo a percepção, entre muitas, de uma rede de forças sociais contra-hegemônicas, reforçadas por discurso em modelo midiático herdado da forma liberal discursiva da mídia, mas cujo conteúdo, impulsionado pela ética, se desloca para a defesa dos mais frágeis no quadro social de acesso



a benefícios econômicos. Como objetivo específico, a pretensão é erguer uma colaboração em torno da circulação de informações e discussões sobre atividades colaborativas comuns às associações com fins humanitários, como a “Casa do Povo”, que põe em ação o discurso de um mundo menos injusto socialmente, a partir de apoio a segmentos sociais pobres e marginalizados, tomados aqui como exemplo o coletivo “!Si, Yo Puedo!” (NOGUEIRA, 2004).

As ações contra-hegemônicas de fundo humanitário não têm como característica o trabalho isolado. Ao contrário, o trabalho entre entidades, coletivos, órgãos de apoio a grupos vulneráveis é feito em rede de colaboração. Por esse motivo, o artigo, ao observar o discurso jornalístico contra-hegemônico da “Ponte Jornalismo”, necessita trazer junto uma reflexão sobre o público que essa publicação representa em sua narrativa: o público sem voz na mídia hegemônica, que encontra sua representação na “Ponte Jornalismo” e seu lugar de fala em territórios sociais como a “Casa do Povo”.

2 O espaço cidadão do povo da “quebrada”

Promessas sequenciais de nova pujança econômica, alardeada por governos que se sucedem e garantem dar condição de vida digna e respeito social para todos, indistintamente, são raras a ultrapassar da retórica política para a efetivação. Vê-se claramente que são ciclos que ocorrem em períodos díspares, a sufocar mais e mais a narrativa dos pobres da “quebrada”¹.

Os ciclos de que falo podem se constatar logo no prólogo do livro O espaço cidadão, escrito pelo geógrafo Milton Santos em 1987. Parece um

¹ Fico com a definição de “quebrada” dada em entrevista pela editora do site “Ponte Jornalismo”, Maria Teresa Cruz: “definir territorialmente a quebrada, não dá [...]; dá pra definir de forma identitária: quebrada é o lugar em que as coisas acontecem e quase nunca são vistas”.



composto de palavras e alusões emergentes para os dias de hoje, em que um novo governo sobe ao poder com promessas semelhantes às citadas acima:

[...] a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistemas de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também de seu lugar geográfico. (SANTOS, 1987, p. 11).

Encontramos na fala de Milton Santos, passados 33 anos, um espelho a refletir nosso tempo atual, em que as pessoas continuam distribuídas desigualmente no espaço urbano. Pobres, desvalidos, esquecidos socialmente ocupando as franjas da cidade de São Paulo. Salvo iniciativas nas áreas de educação e melhoria do salário mínimo nos últimos 16 anos, muito pouco mudou para os pobres, além de seu acesso a bens de consumo e uma melhoria de condições de trabalho, como a legalização por regras trabalhistas da função de trabalhador doméstico. Ao passo que, em tempos recentes, as leis trabalhistas consagradas pela CLT se encontram praticamente extintas, vulnerabilizando ainda mais as defesas dos trabalhadores.

As esferas de poderes do Brasil costumam ocupar as “quebradas” das grandes cidades com força policial ou ainda, como no caso de cidades como Rio de Janeiro, com o Exército, cujos elementos não são perfeitamente treinados para intervenções em territórios metropolitanos, apesar do intenso treinamento nas ocupações do Haiti, entre 2004 e 2017. As versões das forças policiais, do poder instituído a quem cabe a responsabilidade da palavra oficial, geralmente sufocam a fala das vítimas pobres. Esse sufocamento é apoiado quando a base técnica do jornalismo feito pela mídia hegemônica é composta apenas do que os atores do poder falam sobre a força desmedida aplicada aos pobres, pretos, retirantes, imigrantes de



vários lugares do País e de outros países ainda mais pobres, em condições precárias de sobrevivência. Em regiões de vulnerabilidade social a condição é mais crítica para tudo o que diz respeito ao desenvolvimento do cidadão. Nesse lugar de território árido de possibilidades sociais, nessa “quebrada”, há escolas públicas em que as condições de ensino são precárias, em que em geral um atendimento médico público fica a muitos quilômetros das comunidades, lugar onde há enchentes quando chove, onde não há saneamento público e as fezes e outros dejetos correm a céu aberto. Lugar com número elevado de desempregados e trabalhadores com ocupações informais de trabalho, sem proteção legal. Pouco resta para gerar condição financeira neste território abandonado pelo Estado. A organização do tráfico de drogas o ocupa, pela ausência de tudo o mais. Só então vem o Estado ocupar, em disputa mais violenta do que muitas guerras civis pelo mundo, com erros que geram execuções de inocentes. Sem a intervenção social do Estado com ferramentas de políticas públicas, mas com sua intervenção policial e militar, a situação de vulnerabilidade apenas piora.

O Brasil possui 17 entre as 50 cidades mais violentas em número de mortes do mundo. Em 2017 foram 63.880 mortes violentas no País, uma média de 175 ao dia. Oito por cento dessas mortes foram provocadas pela polícia, segundo dados oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o que significa cerca de 14 assassinatos por dia (DAUDÉN, 2018). Sob esse estado de guerra civil nas comunidades pobres do País, a luta pela conquista da cidadania torna-se necessária e constante.

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...] Por isto, todo traço de iniciativa



autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral [...] (GRAMSCI, 2002, p. 135-136).

Além do constante estado de alerta dos grupos subalternos, está claro que desta luta não se fala em posse do território do ponto de vista apenas cartográfico, mas do território social que se manifesta, em movimento intencional, a tornar a cidade mais homogênea no que diz respeito à distribuição de possibilidades de cidadania.

A posse do território não se limita ao pedaço de terra que caiba a cada um. Trata-se de posse subjetiva do espaço cidadão. Trata-se de estratégia de sobrevivência sob um Estado que, por sua parca política social, não reconhece a cidadania desses moradores e dos moradores de todas as comunidades brasileiras que vivem nas “franjas” da sociedade, uma população que é erroneamente vista e narrada pela mídia hegemônica como gente às bordas da sociedade de bem, com uma espécie de constante espera de alguma sobra social depois do consumo das camadas mais poderosas de cidadãos. A posse também se dá em territórios deslocados da periferia, centralizados, que atendem os desfavorecidos, como a “Casa do Povo”.

Trata-se, portanto, de agregar o ‘território social’ a aumentar a participação de grupos desfavorecidos, em busca de sanear a situação de não-cidadania em territórios brasileiros de vulnerabilidade, em comparação com o que afirmava Milton Santos em 1987, menos porque naquela época não existissem movimentos com essas características, pois existiam; mais porque o geógrafo esteve preocupado em demarcar o território de vulnerabilidade da cidadania brasileira de forma crítica e a levantar aspectos culturais limitantes dessa população, como o estímulo ao consumo que ele apontava ser desenfreado:

O consumo de massa esboçado valeu-se da mídia, em crescimento vertical, para impor gostos e preços. Este trabalho de sedução foi facilitado pela própria atração que as



novas mídias impuseram sobre o público. Criadores de moda, difusores do crédito, o papel dos meios de difusão deve ser realçado como o do colaborador privilegiado das artimanhas da produção de massas estilo brasileiro, uma produção de massas de si mesma e necessitada apenas de um mercado voluntariamente restringido. [...] ajuda a colocar, como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor. (SANTOS, 1987, p. 28).

Milton Santos expunha criticamente este estado, pois sabia que a forma de sair dele é considerar que a “cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter”. (SANTOS, 1987, p. 20). Aqui há uma confluência com um pensamento de Gramsci, para quem o aprendizado escolar era uma das formas de organizar as classes exploradas, ou subalternas, em reação possível ao controle das classes dominantes.

O estabelecimento da cidadania ao não-cidadão no próprio território que ocupa é a estratégia mestra para buscar um mínimo saneamento das diferenças sociais entre classes diante da desigualdade de ocupação de territórios das cidades. A chance para essas populações vulneráveis socialmente conquistarem seus direitos cidadãos estão nessa união de esforços entre coletivos ou que estão nas comunidades ou a ela tem acesso para seu trabalho social por um lado, e por outro a preservação da conquista do território onde as rotinas e trocas de várias espécies acontecem.

3 Histórico da “Casa do Povo” e coletivo “iSi, Yo Puedo!”

As jovens gerações de coletivos que frequentam a “Casa do Povo”, ocupada há mais de 50 anos por outros grupos em posições políticas libertárias, instintivamente dão continuidade ao desígnio de combativo, resistente e rearticulador social deste lugar, localizado no bairro paulistano



do Bom Retiro. Este é, entre outros lugares, onde se pronuncia a narrativa do desvalido social, periférico, pobre em condenação perpétua pelo moto-contínuo de um capitalismo que pende a um neoliberalismo desumano. Lugar que chamo de 'território social', pois deslocado do território de origem dos desvalidos, mas com a função social de empoderar essa classe de subalternos para que eles, com a experiência da posse cultural, ocupem socialmente seu território original. Lugar em que o discurso dos desfavorecidos sociais desloca-se do ostracismo imposto pela mídia hegemônica para o protagonismo como germinador da contra-hegemonia.

No site da "Casa do Povo", encontram-se o relato de sua história e a atual composição de ocupação de seu espaço por diversos coletivos ligados à arte e à cidadania, sobretudo de populações vulneráveis.

Em síntese, o local foi fundado em 1953, no bairro paulistano do Bom Retiro, por um grupo de membros da comunidade judaica, oriundos da Europa Oriental. Foi desde sempre local de encontro de associações humanistas e lutadoras contra o nazi-fascismo no início, e o posterior fascismo da ditadura civil-militar brasileira. Nos anos 60 e 70 a "Casa do Povo" abrigou o Teatro de Arte Israelita Brasileiro, TAIB, local de ensaios e espetáculos como o do "Teatro de Arena" de Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, assim como peças de Plínio Marcos e shows musicais do MPB4. Estabeleceu-se como local de resistência cultural e política, com filhos e filhas de perseguidos políticos estudando com bolsas e nomes falsos, enquanto professores foram presos e torturados e espetáculos encenados no TAIB foram censurados.

Depois de crises institucionais que acompanharam a decadência social da região central de São Paulo, entre os anos 80 e 90, a "Casa do Povo" reergue-se nos anos 2000 e recupera sua vocação de ponto de encontro de coletivos que tentam resistir às dificuldades sociais que limitam suas ações políticas e humanas. Assim, o local efervesce em grupos com uma linha transdisciplinar, com eixo de trabalhos de memória, práticas coletivas e engajadas, em diálogos diversos e envolvimento sociais distintos, em



plena reação contra-hegemônica, proporcionada pelo que Gramsci chamou de classes subalternas.

Em momento em que a “Casa do Povo” está fechada por conta da pandemia (2020), alguns eventos proporcionados por coletivos abrigados no local ocorrem pela internet, conectando participantes a distância. Ainda assim, em tempos sem pandemia, a “Casa do Povo” abrigava – e voltará a abrigar – coletivos como “Coral Tradição”, “Énois – Escola de Jornalismo”, “Publication Studio SP”, “Ocupeacidade”, “Coletivo de diálogo e diversidade de tática”, “Clínica Aberta de Psicanálise”, “Boxe Autônomo”, “ColetivA Ocupação”, “Círculo de Reflexão sobre Judaísmo Contemporâneo”, “Grupo MEXA”, e “iSi, Yo Puedo!”. Dessa forma, a “Casa do Povo” concentra representações de camadas sociais desvalidas que encontram no local seu espaço de reflexão e ação.

Um dos coletivos simbólicos da visão de participação social na cidade, no espaço, e com deslocamento de território pela força da diáspora é o “iSi, Yo puedo!” Trata-se da promoção de integração de imigrantes em São Paulo, sendo boa parte deles originários da Bolívia, “a partir de projetos nas áreas de saúde, educação, profissionalização, cultura, reinserção escolar e encaminhamento para a busca do trabalho formal” (CASA DO POVO, 2018). O Coletivo luta pelo direito à imigração e acredita na educação como ferramenta de inclusão. Por isso, oferece a quem se agrega aulas de português para imigrantes, mesas de conversa com teóricos e comunidade, cursinho preparatório para jovens ingressarem em nossas universidades, entre outras ações. A busca é por uma sociedade inclusiva e multicultural, envolvendo a comunidade latina imigrante no bairro do Bom Retiro e região.

O exemplo desse coletivo nos dá uma das medidas para observação de grupos excluídos da cidadania pela diáspora, identificados com os fundadores da “Casa do Povo”, por serem eles, também, pertencentes a uma nação – judaica – que sempre em sua história foi obrigada a migrar. No novo lugar de chegada desses retirantes latino-americanos, é necessária readaptação de território social, cultural e de linguagem distinta da original.



Trata-se, é claro, de uma concepção fechada de “tribo”, diáspora e pátria. Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. (HALL, 2013, p. 32).

A identidade cultural de caráter imutável de que fala Stuart Hall (2013) transita entre territórios, reconstruindo-se com influências locais do lugar de chegada de um grupo diásporo, corporificando a tradição original, mas fatalmente tocada pela tradição cultural do território a que a diáspora chega, não será jamais a recuperação completa da cultura original. Ali o hibridismo se dá a constituir uma “nova” cultura que não é a original, não sendo também a da chegada, mas um terceiro elemento. Stuart Hall, sendo um dos fundadores dos estudos culturais britânicos, é também quem estudou no passado a espécie de fenômeno que podemos encontrar nas ruas centrais de São Paulo e nas franjas da cidade, sobretudo em bairros às margens do Rio Tietê, habitados por imigrantes bolivianos e peruanos principalmente. Sendo de origem jamaicana e tendo migrado para a Grã-Bretanha, Hall estudou diásporas.

Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam fronteiras naturais, composta por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. [...] A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” [...] As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural perdida ou de absolutismo étnico. (HALL, 2014, p. 52).



Não apenas o conceito de “tradução” nos serve para enxergar melhor essa diáspora contemporânea que atinge grandes cidades brasileiras, com grupos de bolivianos – há décadas migrando para o Brasil – peruanos, chilenos e outros originários da América Latina de fala espanhola, mas também, mais recentemente, compreender as reorganizações e tentativa de hibridismo de comunidades de haitianos e de africanos vindos de várias pátrias. Reproduzindo dados da Agência de notícias EFE, o site Terra mostra em 10 de maio de 2014 uma estatística da Polícia Federal, em que a migração de povos africanos para o Brasil aumentou mais de 30 vezes, de 2000 para 2012. “O relatório da PF diz que, em 2000, viviam no Brasil 1.054 africanos regularizados de 38 nacionalidades, mas o número saltou em 12 anos para 31.866 cidadãos legalizados provenientes de 48 das 54 nações do continente” (IMIGRAÇÃO..., 2014).

Não será possível excluir essa multidão que chegou e que continua a chegar ao país – como venezuelanos entram pela fronteira com o estado de Roraima, fugindo da miséria – à margem de uma cidadania mínima. As várias etnias pertencentes a essas diásporas contemporâneas que atingem vários países do planeta necessitam de tratamento humano.

4 Mídia hegemônica e mídia contra-hegemônica da Ponte Jornalismo

O pensador estadunidense Noam Chomsky (2013) nos define, em termos de sistema de governo, como uma “democracia de espectadores.” Ele descreve essa constituição na dualidade de cidadãos dos Estados em que há uma elite que, apenas ela, é composta de gente que, por ligações de poder, assume o protagonismo na execução dos assuntos públicos por um lado; e por outro – a maioria da população – que, diz Chomsky citando o teórico do conceito de “Opinião Pública”, Walter Lippmann – é alcunhada de “rebanho desorientado”. Essa categoria, que somos nós que não estamos na esfera do poder, vive a vida de espectador e não participante



da ação de democracia. Escolhe um líder cujo discurso entra em conformidade, e sai da cena política. “Isso numa democracia que funcione de maneira adequada. [...] Existe mesmo uma espécie de princípio moral imperativo por trás disso. O princípio moral imperativo é que a maioria da população simplesmente é estúpida demais para conseguir compreender as coisas.” (CHOMSKY, 2013, p. 17-18). O autor segue afirmando que a tentativa de ajuda dessa gente limitada só atrapalharia, em típico pensamento exclusivista e arrogante dos que acreditam não atrapalhar a gestão da coisa pública e privada. A mídia hegemônica é não apenas o sistema de controle do que nós do “rebanho desorientado” pensamos, mas o sistema que nos diz em quê pensar. Há muito de ficção nesse fazer o que pensar. A mídia é o princípio onde as coisas se dão, quando o sistema vende uma imagem hegemônica e, como disse Marilena Chauí (2014) sobre Gramsci, essa hegemonia é conquistada pela “cultura”, não pela política. Essa teoria atravessa os tempos, erigida nos anos 1920-30, reforçada nos anos 1960 e revista em nossas marcas sociais de hoje, pois a

[...] luta entre a tradição e a inovação, que é o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, só pode prosseguir através da vitória permanente da inovação. Mas a inovação na cultura só é sustentada pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência de sua totalidade, tende à superação de seus próprios pressupostos naturais e vai no sentido da supressão de toda separação. (DEBORD, 2016, p. 120).

O ‘movimento histórico total’ de que fala Debord quando publicou *A sociedade do espetáculo*, em 1967, é justo um mesmo momento histórico da vitória contra-hegemônica gramsciana, vitória do trabalhador pela contracultura sobre o domínio da classe dominante burguesa. Pelo estabelecimento da cultura, a classe dominante aplica também sua *ideologia* via mídia hegemônica, propondo um



[...] moderno consumo de bens e serviços, instituinte, por sua vez, de uma relação social abstrata e passiva. Quando afirmamos que o medium modela ideologicamente os acontecimentos, é preciso entender, com Braudillard, que o modelo não existe antes do médium, ou seja, 'não existe como discurso de classe dominante antes de se investir nos media'. Em outras palavras, ideologia não se define como o conjunto dos conteúdos veiculados pelos meios de informação enquanto forma unilateral de relação social que separa radicalmente falantes de ouvinte, censura a resposta e torna abstrata a situação concreta dos indivíduos. (SODRÉ, 1984, p. 33).

A mídia hegemônica, em seu papel, cala falantes que gostariam de replicar seus conteúdos. Justo falantes que poderiam ser os que são, além de não falantes no discurso midiático hegemônico, também invisíveis quando o tratamento é imagem. A mídia hegemônica precisa contar histórias convincentes e com narrativas de soluções dadas pelas autoridades dos assuntos. No universo da informação de grandes meios de informação eletrônica e digital pouco se ouve, lê ou assiste sobre a narrativa dos que perdem a cidadania, a honradez, a hombridade, a vida e são pobres, pretos, sem palavra validada pelo alcance da mídia maior e mais bem fornida em distribuição. São fantasmas de menor importância para esses meios, em geral gente invisível pelo desejo burguês de vida feliz qual desfecho de novela televisiva. As vítimas pobres ficam sem tempo nem lugar para relatar em grande escala suas experiências. O controle de estruturação cultural quem tem é a mídia hegemônica, em que o fenômeno contemporâneo constituinte e participante ativo é a comunicação em grupos privados de WhatsApp, modelo que eleva a condição do país ao estágio de decadência e risco elevado para nossa democracia. As fake news constituem um fenômeno muito antigo, tendo mudado apenas o meio pelo qual transitam. Chomsky adverte que quando o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson foi eleito, em 1916, com a plataforma "Paz sem Vitória" tinha no controle um país pacifista. Mas, comprometido com entrar para a Primeira Guerra, conseguiu em seis meses transformar "uma



população pacifista numa população histórica e belicosa que queria destruir tudo o que fosse alemão” (CHOMSKY, 2013, p. 11). Mas não só pelo fenômeno de *fake news* ocorre a condução do “rebanho desorientado” de Chomsky, aludindo a Lippmann. A questão são fatos reais sem dissimulação de realidade, gerando as desconfianças internacionais sobre os processos de conquistas estabelecidas durante diversos governos depois da Nova República (1985), em que muitas e longas lutas de minorias diversas resultaram em ganhos de cidadania.

O Brasil já foi referência na promoção dos direitos humanos, mas hoje vive uma redução dessas garantias. Essa foi a conclusão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA (Organização dos Estados Americanos) após uma semana de visitas a diversos estados do país. [...]. Destacou violações a indígenas, quilombolas, moradores de rua, trabalhadores rurais, presos e moradores de favelas e periferias, além de imigrantes, transexuais, defensores dos direitos humanos e à imprensa. (BARBON, 2018).

A hegemonia na forma de discurso é que sustenta o sistema de controle do “rebanho desorientado”. Sobretudo na TV, mas não só nela, no geral toma o caminho de tornar a informação um espetáculo. O jornalismo que ganha corpo na contemporaneidade é difundido por conglomerados de comunicação hegemônica e se utiliza muito do apoio na tradição do espetacular, para além do valor-notícia, como fator que denota relevância no espectro de um acontecimento. Vê-se constantemente uma espetacularização da notícia ocupando um espaço-tempo embasado em transgressão de conceitos técnicos do jornalismo. (FERRAZ, 2016, p. 122-123).

O que separa ‘cidadãos’ de ‘não-cidadãos’ por exclusão na narrativa jornalística do dia a dia é o fato de que, da história dramática contada pelas reportagens de telejornais da mídia hegemônica que entram em milhões de lares brasileiros, não participam os ‘não-cidadãos’ por exclusão. Eles são



telespectadores do sucesso do outro, daquele que tem acesso a tudo o que a 'sociedade do espetáculo' oferece.

No Brasil dos excluídos, enquanto a imprensa hegemônica brasileira encontra muita dificuldade para ingressar nas comunidades para apurar fatos, a imprensa internacional estabelecida tem entrada em qualquer favela ou quebrada, por já ter demonstrado que não vai narrar apenas a versão do alto poder, da fala oficial sobre os dramas das populações vulneráveis. Há tempos o cidadão da "quebrada" percebeu que órgãos como *El País*, *BBC Brasil*, *The Intercept*, ou qualquer outro de mídia internacional no Brasil é dono de uma narrativa mais equilibrada e realista do que a imprensa hegemônica nacional.

Apenas aos poucos, parte da imprensa hegemônica abre lenta e preguiçosamente um olho para esse drama, que é também o da distribuição geográfica dessas populações pelas cidades. Ainda assim, o olho aberto é, em geral, o que encontra uma felicidade de final de novela em uma das histórias de alguma vida que vinga sob essa guerra civil da força do Estado contra milhões de pobres e desvalidos.

Desta forma, a mídia contra-hegemônica, na fala da editora do site de reportagens "Ponte Jornalismo", oferece o espaço para a narrativa da vítima de todos os desmandos do Estado, seja em situação de conflito ou não. Esse oferecimento virá, lentamente, a tornar a vítima dona de seu discurso publicado e, assim, dona também de seu território social.

Compreender que a narrativa dessa população de periferias de grandes cidades é uma forma de possuir seu território, também é compreender o acontecimento do inverso, ou seja, de que "o caminho da construção narrativa jornalística é a partir do território" (CRUZ, 2018). Esse posicionamento midiático é de fundo político, com intenção de cobrir com sua narrativa a falta de política pública no território de vulnerabilidade humana. Constata-se assim uma ação que confronta a ocupação pelo capitalismo do território em que habita o maior derrotado do capitalismo: o pobre. A ação da "Ponte Jornalismo" é uma resposta ao pensamento crítico



de Guy Debord sobre o avanço do capitalismo agressivo ao território do desvalido, porque

A sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário. (DEBORD, 2016, p. 112).

Essa inversão de eixo não somente da posse do território, mas também da posse do discurso, do oficial para o real sem apoio de política pública estatal, do Estado agressivo para o cidadão agredido, oferece diversidade de olhares fundamental para o exercício e a compreensão do alcance do jornalismo como atividade social. Enquanto há uma prática jornalística que pode tratar o cidadão em área vulnerável como marginal, há quem ingresse nessas áreas para tratá-lo como ser humano. Nessa ação está a proposta cultural contra-hegemônica proposta por Gramsci. Ao praticar essa ação, o jornalismo contra-hegemônico da "Ponte" ganha em empatia com esse público e entra com garantias em seu território, além de aproximar-se da verdade. "Tanto é que o que a gente está vendo agora, das redações da mídia hegemônica fechando, é justamente por isso. Não é só por isso, mas é por não terem uma clareza e por não conseguirem abrir diálogo. Porque você pode não ser do território, mas você tem que abrir o diálogo com o território" (CRUZ, 2018). A editora da "Ponte Jornalismo", Maria Teresa Cruz, fala do alto de sua experiência como repórter por anos da "Rádio Bandnews" e como blogueira publicada pelo portal Terra, ambos classificados por ela como mídia hegemônica. Admitindo ter feito parte da construção desse discurso, Cruz assume que "fizemos uma construção narrativa simbólica de criminalizar a favela" (CRUZ, 2018).

A "Ponte Jornalismo", que tem como subtítulo "direitos humanos justiça segurança pública" é uma mídia digital que se distribui em portal de



reportagem e também oferece interação por mídias sociais como Facebook e Twitter. Trata-se de um coletivo de produção em jornalismo, sem estrutura hierárquica vertical, mas horizontal por tratar-se de um grupo, feito por “alguns dos fundadores, eu, um repórter direto pago, [...] e a gente tem alguns aportes menores para colaborações. [...] Então tem *freelas* eventuais [...] já é alguma coisa, visto que a ‘Ponte’, até o começo desse ano era absolutamente voluntária” (CRUZ, 2018). O coletivo é, no momento, temporariamente bancado de forma parcial pela *Open Society Foundation*.

O projeto editorial da “Ponte Jornalismo” é difundir a versão dos que são atacados e calados pela autoridade da força que representa o sistema em que, quanto mais esses cidadãos fizerem parte do rebanho de desorientados (CHOMSKY, 2013), melhor para todos da cúpula que tudo resolve, que formam uma minoria opressora. A “Ponte” tenta ser um contraponto à forma de cobertura do que a editora Maria Teresa Cruz chama de “imprensa hegemônica”. Tenta contribuir com sua informação para a busca de cidadania de populações vulneráveis. Tem entrada na quebrada, favorecida por moradores que confiam nela. Recolhe com critério as histórias de opressão da população vulnerável, sobretudo no relacionamento com forças policiais, militares e de vigilância em geral.

A “Ponte Jornalismo” preza pela postura editorial de questionamento da arrogância de forças policiais sobre populações pobres, possuindo histórico sobre esta cobertura. Mantém-se, portanto, depositária de sua tradição em defender os Direitos Humanos. Não é difícil imaginar que, com esta postura editorial, tenha que lidar com ameaças por parte de quem é denunciado. Mas, em tempos digitais, a ameaça virtual é mais temível do que a real.



A 'Ponte' sofreu ameaças recentemente por um grupo de *trolls*², porque a gente teve algumas reportagens que ajudaram na prisão de um desses disseminadores de ódio e pedofilia na internet. Aí o grupo ficou com raiva, começou a atacar alguns membros da 'Ponte' individualmente e a 'Ponte' coletivamente. Começaram a ver que não estava dando certo. Houve tentativa de invasão, mas eles não conseguiram até o momento. Depois, criaram perfis falsos, tentaram adicionar alguns de nós, esse tipo de coisa. [...] Eu chamo de terrorismo digital, porque em certa medida, você saber que está sendo ameaçado pelo Estado é assustador, mas você sabe quem está te ameaçando. O problema do risco digital é que você não sabe que tipo de maluco está do outro lado. Eu recebi mensagens de um louco, que era um perfil evidentemente falso, e eu não sabia se ele estava na casa do lado. Então isso realmente assusta. (CRUZ, 2018).

Os inimigos da luz do esclarecimento, que repousa frágil sobre os não-cidadãos, se armam com ferramentas contemporâneas digitais. A defesa precisa operar no mesmo universo. Uma das estratégias de ataque do mesmo grupo, que a entrevistada revelou, foi de criarem e-mails falsos com os nomes dos repórteres envolvidos na investigação. Mas em nenhuma dessas tentativas, o grupo de "trolls" logrou êxito. A editora da "Ponte Jornalismo" afirmou também que tomam providências para se proteger, fechando algumas redes sociais que não precisam estar abertas ao público, como Instagram, e utilizando o aplicativo gratuito *Thor*, que não permite monitoramento online em tempos em que tudo é monitorado.

5 Considerações finais

Iniciativas como da "Casa do Povo", do "Si, Yo Puedo!" e da "Ponte Jornalismo" demonstram o quanto é valiosa a luta pela permanência de direitos essenciais de populações menos – e algumas muito menos – favorecidas pela possibilidade de cidadania. Indicam também a necessidade

² Expressão usada no universo da internet para designar originalmente uma gozação ou chateação na base da suposta piada contra uma pessoa. A editora da "Ponte Jornalismo" aqui usa o termo para designar o grupo que ameaçou os membros do coletivo.



premente desses e de outros muitos trabalhos por minorias que buscam no Brasil se aproximar por identificação, humanidade, afetos, os que não têm acesso igualitário a serviços, atendimento, cuidado com segurança, saúde física e psíquica, cidadania. Esses grupos tentam estabelecer seus trabalhos para oferecer as mesmas oportunidades sociais e culturais da cidade, com territórios tão distintos em acessos. Trata-se de humanismo.

A cidade é São Paulo. Depois do fim da pandemia ainda vai restar a resistência a quem luta para possuir seu território pela narrativa pessoal. Essa narrativa não é nada além de sua própria cultura, composta pela experiência de vida. O portal de reportagens “Ponte Jornalismo” e a “Casa do Povo” apoiam os vulneráveis socialmente como o coletivo “Si, Yo Puedo!” a tomar para si a cidadania negada pelo Estado. A “Ponte Jornalismo” pelo protagonismo da narrativa que faz a pessoa ter posse de seu território. A “Casa do Povo” com a convergência de esforços de muitos coletivos e que, na promoção de proximidades, identificações e afetos, reúne as pessoas nos atos de suas posses para além das territoriais, uma vez que o espaço desse encontro é fora da comunidade, e que toca o sentido social da consciência do poder cidadão. A “Ponte Jornalismo” ocupa parcialmente – em tempos sem pandemia – o espaço oferecido pela “Casa do Povo”, e essa parceria demonstra fortaleza social aumentada para ambos. No mesmo espaço está abrigado o coletivo “Si”.

Essas demonstrações são parte das respostas à pergunta sobre o que fazer, quando uma nova ordem de intolerância às minorias, a promoção da xenofobia, da homofobia, da ignorância à ciência ocorridas no País, em um fenômeno de promoção popular de uma ultradireita que sempre houve, mas que hoje encontra seu espaço e tempo de manifestação.

Referências

BARBON, J. Brasil vive retrocesso nos Direitos Humanos, diz OEA em visita ao país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/brasil-vive->



[retrocesso-nos-direitos-humanos-diz-oea-em-visita-ao-pais.shtml](#). Acesso em: 07 jul. 2020.

CASA DO POVO. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CHAUÍ, M. Conceito de Hegemonia em Gramsci por Marilena Chauí. **Universidade Federal de Minas Gerais**, Palestra de abertura da Semana de Conhecimento, 13 fev. 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/?p=152>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CHOMSKY, N. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CRUZ, M. T. Entrevista concedida ao autor. São Paulo. 06 nov. 2018.

DAUDÉN, L. Bolsonaro, el presidente-capitán que quiere convertir las ciudades em campos de batalla. **El País**, São Paulo, 02 nov. 2018. Disponível em:

https://elpais.com/elpais/2018/10/30/seres_urbanos/1540936219_578824.html.

Acesso em: 07 jul. 2020.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

FERRAZ, N. **Reportagem no rádio: realidade brasileira, fundamentação, possibilidades sonoras e jornalísticas a partir da peça radiofônica reportagem**. 2016. 396 f. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-25072017-150144/pt-br.php>.

Acesso em: 07 jul. 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 5: Il Risorgimento – Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



IMIGRAÇÃO africana no Brasil aumenta 30 vezes entre 2000 e 2012.

Terra, 10 mai. 2014. Disponível em:

[https://www.terra.com.br/noticias/brasil/imigracao-africana-no-brasil-aumenta-30-vezes-entre-2000-e-](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/imigracao-africana-no-brasil-aumenta-30-vezes-entre-2000-e-2012,bcdedc77d62e5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html)

[2012,bcdedc77d62e5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/imigracao-africana-no-brasil-aumenta-30-vezes-entre-2000-e-2012,bcdedc77d62e5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html). Acesso em: 07 jul. 2020.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para uma sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTE JORNALISMO. Disponível em: <https://ponte.org/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.